



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO	
Comarca/Juízo: ALTAMIRA – 1º OFICIO DE ALTAMIRA	
Polo/Região Judiciária: ALTAMIRA	
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO	
EDITAL DE CORREIÇÃO N°	
004/2023 - CGJ	
Data da publicação: 10/04/2023	
Data da abertura da correição: 19 DE JUNHO DE 2023	
Data do encerramento da correição: 19 DE JUNHO DE 2023	
DADOS GERAIS DA	
SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: MILTON ALVES DA SILVEIRA	
Código Nacional da Serventia (CNS):06.651-4	CNPJ:05.004.544.0001/45
Endereço: Travessa Agrário Cavalcante, 317, Centro (recreio) Atamira, CEP 68.371-159	
Telefone fixo:(93) 3515-0606	Celular: (93) 99245-1880 (93) 98130-0211
e-mail: cartoriodealtamira@gmail.com Cejint025@tjpa.jus.br	Celular Plantão (RCPN):
ATRIBUIÇÕES	
(x) Tabelionato de Notas () Tabelionato de Protesto (x) Registro de Imóveis () Registro de Títulos e Documentos	() Registro Civil das Pessoas Naturais () Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A)	
DELEGATÁRIO(A)	
<u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório: MILTON ALVES DA SILVEIRA</u>	
Status do(a) responsável: (X) Titular () Interino(a) () Interventor(a)	CPF:196.980.031-34
Endereço: Passagem 03, nº 4711, Bairro Ibiza, Altamira-PA	Ato de nomeação: Portaria 2255/2009-GP Data da posse / exercício: 09/11/2009
Telefones: (93) 99127-4905	E-mail: xxxxxxxx



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a): Ana Paula Simas Castelo	
CPF: 513.600.042-20	Portaria de designação: Ato 011/2022
Endereço: Rua Madre Tereza de Calcutar, nº 3035, Bairro Explanada de Xingu, Altamira-PA	Telefones: (93)99126-9525 E-mail: docinhosimas@hotmail.com
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providências:
PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
8	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
16	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
17	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
18	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
19	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? () SIM () NÃO Observações/Providências:
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 45/2015) ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? () SIM () NÃO Observações/Providências:
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Foi apresentado comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia, inclusive do substituto legal? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
29	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
30	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
31	Adoção de sistemas de cópias de segurança, "backup" em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
32	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

33	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
34	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
35	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “a”)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
36	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “b”)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8 do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
37	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “c”)? () SIM (x) NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Não utilizam o livro
38	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
39	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
40	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determinam os Provimentos n.ºs 74/2018 e 88/2019 (art.13) – ambos do CNJ? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
41	A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
42	A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
43	Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

44	Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
45	No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
46	Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
47	Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
48	A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
49	A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
50	Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
51	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
52	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
53	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
CERTIDÕES NEGATIVAS	
54	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? () SIM () NÃO (x) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
55	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
57	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

58	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
59	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
60	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
61	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
62	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (APENAS TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS)	
63	O notário ou registrador tem, dentre seus prepostos, um nomeado como oficial de cumprimento regularmente registrado no Justiça Aberta?" (CNJ, Provimento 88/2019, art. 8º, caput e § 4º) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
64	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 15, caput) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
65	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 17) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
66	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 41) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
67	O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 9º, caput) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
68	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 1º do Prov. n. 88/2019, CNJ ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
69	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 2º do Prov. n. 88/2019, CNJ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
70	A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? () SIM () NÃO Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

71

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:*

- 2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente físico virtual

Observação: Físico no Servior e Virtual da Enegraf e Google.

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM NÃO

Observação:

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM NÃO

Quantos? 6 Scanners e 18 Impressoras

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM NÃO

Observação:

Possui firewall?

- SIM NÃO

Observação:

Possui proxy?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Feito Pelo Firewall.</p> <p>Observação:</p> <p>Possui banco de dados?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte?</p> <p>Observação:</p>
PROVIMENTO CNJ 134/2022 E CGJ N° 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (arts. 10 e 17 do Provimento CNJ 134/2022)?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
76	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – SERP (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
77	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS	
1	Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? () SIM () NÃO Observações/Providências:
7	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrais, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? (x) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 70/2018-CNJ? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>São atendidas as determinações do provimento nº 89/2019 (CNJ) relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamenta, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

22	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês? (Provimento CNJ nº 115/2021) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
26	<p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso: 15/06/2023</p> <p>Observações/Providências:</p>
27	<p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
28	<p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
29	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 004/2021-CRMB/CJCI? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
30	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
31	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observação:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

32	Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
33	O Cartório acessa diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
34	As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
35	O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
36	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
37	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m ² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
38	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição anterior? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Ainda concluindo

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA

Li vr o	Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
Nº 1	Protocolo	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
Nº 2	Registro Geral	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
Nº 3	Registro Auxiliar	[] sim [x]] não	[] sim [x]] não	[] sim [x]] não
Nº 4	Indicador Real	[] sim [x]] não	[] sim [x]] não	[] sim [x]] não
Nº 5	Indicador Pessoal	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não

Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 100/20-CNJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 12 do Provimento 100/20-CNJ? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 18/2012 e nº 56/2016 do CNJ? () SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que praticarem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI)? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 100) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 31, § 3º) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

19	A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
21	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
22	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) 15/06/2023 Observações/Providências:
26	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correção realizada anterior? () SIM (x) NÃO Observações/Providências: Ainda concluindo

**VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA
SERVENTIA**

Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
Escrituras	[] sim [x] não	[] sim [] não	[x] sim [] não
Atas Notariais	[] sim [xx] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

		não	
Procurações	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Livro de Registro de Assinatura de Reconhecimento de Firma Autêntica	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Índice	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> inaplicável	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> inaplicável	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> inaplicável
Observações/Providências: Feita a análise por amostragem nos seguintes livros: - Livro de Escritura Pública n. 184. - As Atas Notariais são lavradas no Livro de Escrituras - Livro de Procuração n. 159.			

OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 1º Ofício de Altamira (CSN 06.651-4), ocorreu no dia 19 de junho de 2023.

A serventia encontra-se provida, tem como Titular o Dr. Milton Alves da Silveira e possui a atribuição de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas.

A serventia observa a jornada de 08:00 às 17:00, e como não possui atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, não trabalha em regime de plantão

Durante a correição, o Oficial apresentou a portaria de nomeação da Oficial Substituta, bem como pasta plástica contendo todos os documentos dos prepostos, um total de 25 (vinte e cinco) com carteira assinada.

A serventia não se encontra devidamente identificada, pois não consta na faixa do prédio o nome do Oficial, a natureza dos serviços, horário de funcionamento, número de telefone e e-mail.

Questionado sobre a existência de Alvará de Funcionamento do Corpo de Bombeiros e/ou da Prefeitura, o Oficial informou que a serventia não possui. Todavia, em correição, verificou-se a existência de material de segurança contra incêndio, tais como, extintores, placas de sinalização e luminárias de emergência.

O prédio onde funciona a serventia oferece acessibilidade e apresenta bom estado de conservação; suas acomodações propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos e o local destinado ao atendimento ao público é todo climatizado, são disponibilizadas cadeiras e há maquinário de distribuição de senhas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Tabela de Emolumentos encontra-se fixada em quadro de fácil visualização pelos usuários do serviço. O Oficial foi orientado a entregar recibos de forma automatizada.

As leis, regulamentos, resoluções, provimentos e demais atos pertinentes à atividade encontram-se em pasta virtual, cujo acesso é disponibilizado a todos os prepostos da serventia.

Por ocasião da correição, foi apresentado o comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas.

A serventia faz backup do acervo utilizando a nuvem do Google, bem como através do sistema ENGEGRAPH.

Por ocasião da correição, verificou-se a existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar. A serventia não utiliza o Livro de Controle de Depósito Prévio.

A serventia não possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício. Tal procedimento passou a ser adotado somente a partir da implementação do sistema ENGEGRAPH, isso no ano 2019 .

A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas, para tanto, cobra a quantia de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) – cópia preto e branco e R\$ 2,00 (dois reais) – cópia colorida.

Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados, conforme determina os art. 149 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará. Os atos selados digitalmente estavam sendo remetidos ao final do dia para o TJPA, porém o Delegatário foi orientado a remetê-lo imediatamente, como determina o art. 156 do referido ato normativo.

Em consulta ao relatório situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, verificou-se a existência de apenas 01 (um) selo físico pendentes de declaração de prestação de contas, que se encontrava em fase de retificação. Tendo-se constatado ainda estar a serventia adimplente com o recolhimento das taxas FRJ e FRC.

O Registrador garantiu não ter procedido ao cancelamento de selos até aquele momento.

Em correição, o Oficial apresentou Certidões Negativas de Débitos perante as Fazendas Públicas Municipal e Estadual; cópia da última Guia de Previdência Social (GPS) e Guia de Recolhimento do FGTS (GFIP); Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, bem como apresentou o comprovante de transmissão das DOIs dos últimos 12 meses.

Em relação à política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, que passou a ser disciplinada pelo Provimento n. 149/2023 – CNJ, a Oficial Substituta foi indicada como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Oficial de Cumprimento. O Delegatário asseverou que havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividade a eles relacionadas, é feita a devida comunicação ao COAF. Assim como, garantiu que informa à Corregedoria local sobre a existência ou inexistência de proposta suspeita passível de comunicação ao COAF.

O Oficial afirmou ter conhecimento sobre a obrigação de atender às requisições formuladas pelo COAF e pelo CNJ, porém até aquele momento não houve necessidade de prestar informações.

Assegurou ainda que mantém no sistema ENGEGRAPH, o cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, §§ 1º e 2º, do Provimento n. 149/2023 – CNJ, que passou a disciplinar a matéria.

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ. Há 01 (um) prestador de serviço e 01 (um) funcionário do cartório treinado na operação do sistema e das cópias de segurança.

Em relação ao Provimento n. 10/2021 – CGJ e ao Provimento n. 134/2022 – CNJ - Tratamento e Proteção dos Dados Pessoais – LGPD, a Oficial Substituta foi indicada como Encarregada para essa finalidade.

A serventia possui sistema de controle de fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro.

A serventia mantém política de privacidade que descreve os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade, para tanto, firmou parceria com a empresa LGPD Cartórios do Cori de MG.

A serventia disponibiliza no balcão QR Code, que permite a consulta pelo público sobre as medidas e cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado.

A serventia disponibiliza formulário para terceiros solicitarem informações.

A serventia está integrada tecnologicamente ao Sistema Eletrônico de Registro de Públicos – SERP.

Quanto ao serviço de Registro de Imóveis, verificou-se que os títulos apresentados são protocolizados em sistema (ENGEGRAPH), que gera documento comprobatório de protocolo, o qual é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

entregue ao usuário do serviço.

Em consulta ao sistema ENGEGRAPH, verificou-se que o protocolo é encerrado diariamente.

Decorridos 20 (vinte) dias, os títulos não registrados são cancelados manualmente no sistema.

As matrículas possuem os requisitos da lei, de modo que permite a identificação do imóvel. Foi ressaltado que os imóveis rurais com títulos oriundos do ITERPA, em regra, são expedidos sem o CCIR, mas o Oficial entende que isto não constitui empecilho para a abertura de matrícula, asseverou proceder à averbação posteriormente através de especialização objetiva.

O Delegatário garantiu não praticar qualquer ato de registro sem a devida averbação do CCIR.

A partir de 2019, os indicadores real e pessoal passaram a constar em sistema informatizado, antes constavam em tabela excel.

A serventia mantém em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos. Por ocasião da correição, foi apresentada uma pasta contendo todos os documentos correspondentes ao loteamento residencial Tropical Prime.

Segundo o Registrador, na hipótese de não serem apresentados todos os documentos exigidos para o loteamento, é apresentada nota de exigência, e caso não seja cumprida é qualificada negativamente, havendo insistência pela parte interessada é suscita dúvida.

O Oficial garantiu fiscalizar o recolhimento dos tributos pertinentes ao ato, para depois proceder ao registro.

Foi relatado que dificilmente o Oficial da nova circunscrição do imóvel comunica a abertura de matrícula ao Registrador da serventia de origem, para proceder à respectiva averbação. Sendo assim, faz-se necessário expedir ofício circular a todos os registradores, reforçando a obrigatoriedade de se realizar tal comunicação.

De acordo com o Oficial Registrador, não foi registrada a aquisição de imóveis rurais por estrangeiro nos últimos anos. Tendo ainda informado não ter recebido nenhum pedido de registro ou averbação de terras indígenas.

A serventia não está totalmente integrada ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI.

Por ocasião da correição, o Delegatário apresentou o último recolhimento correspondente à cota de participação FIC/SREI.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O Oficial garantiu observar ao disposto nos arts. 7º e 14 do Provimento n. 39/2014 – CNJ, de modo que antes da prática do ato, consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código hash.

A serventia tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento de matrículas determinadas pelo Provimento n. 13/2006 – CJCI e Provimento n. 002/2010 – CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requisição prevista no Provimento n. 006/2023 – CGJ, inclusive os ARs constam em sistema.

A serventia mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas, conforme Instrução n. 002/2021-CGJ.

Da mesma forma, mantém banco atualizado relativo às matrículas abertas, bloqueadas, canceladas, e requalificadas com base no Provimento n. 08/2013 – CJCI/CJRMB, alterado pelo Provimento n. 08/2021 – CGJ.

A serventia não está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas para a ONR.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, a serventia mantém fichário de cartões de autógrafo, tanto físico como digital para consulta.

Realizada a análise, por amostragem, nos Livros de Escrituras Públicas ns. 184, 192 e 226, não se verificou a existência de escritura lavrada há mais de 30 (trinta) dias, sem a assinatura de uma das partes.

Selecionados aleatoriamente alguns livros já encerrados, verificou-se a existência de Termo de Abertura e Termo de Encerramento, cito como exemplo, o Livro de Escritura n. 192 e o Livro de Procuração n. 159.

A serventia já se encontra integrada ao Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, inclusive já lavram diversas escrituras por meio dessa plataforma. Em junho/2023, instituiu a matrícula notarial eletrônica.

A serventia não presta informações para a formação e atualização do Cadastro Único de Clientes do Notariado, foi determinado ainda em correição a adotar tal providência.

Em consulta à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC, constatou-se a existência de pendências. O Tabelião Interino foi orientando à regularizar tal situação, em observância ao Provimento n. 149/2023 – CNJ, que passou a disciplinar a matéria.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

01. Providenciar a correta identificação da serventia, de modo que conste na frente de seu prédio informações relativas ao nome do Delegatário, a natureza dos serviços, horário de funcionamento, número de telefone e e-mail para contato (item 08). **PRAZO: 30 DIAS.**

02. Apresentar Alvará de Funcionamento ou dispensa pelo Corpo de Bombeiro e Prefeitura (item 09). **PRAZO: 30 DIAS.**

03. Providenciar as adequações no sistema utilizado pela serventia, de modo a possibilitar a entrega dos recibos de forma automatizada (item 22). **PRAZO: 30 DIAS.**

04. Fazer backup em HD externo, o qual deve ficar fora da serventia (item 31). **PRAZO: 30 DIAS.**

05. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de promover o registro de conteúdo eletrônico de **todos os atos notariais e de registro**, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 40). **PRAZO: 60 DIAS.**

06. Passar a enviar imediatamente ao sistema de informação do TJPB os atos selados após suas conclusões, em cumprimento ao disposto no art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 47). **PRAZO: IMEDIATO.**

07. Realizar a prestação de contas de 01 (um) selo físico pendente de tal providência (item 48). **PRAZO: 30 DIAS.**

08. Comprovar regularidade fiscal federal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da serventia, mediante apresentação de certidão (item 61). **PRAZO: 30 DIAS.**

RELATÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- 01.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, relativo à escrituração dos indicadores reais e pessoais referentes aos registros realizados antes de 2019, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 07). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 02.** Manter em arquivo os ofícios recebidos de outras serventias, comunicando a abertura de nova matrícula em face da mudança de circunscrição do imóvel, bem como cópia dos ofícios remetidos às outras serventias com a mesma finalidade (item 16). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 03.** Concluir a integração ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, com a remessa dos indicadores real e pessoal e cópia digitalizada das matrículas (item 20). **PRAZO: 120 DIAS.**
- 03.** Iniciar imediatamente o transporte de imagens à ONR e apresentar Plano de Ação prevendo prazo para finalizar tal tarefa (item 35). **PRAZO: 60 DIAS.**

RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:

- 01.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de sanar a remessa de informações à CENSEC, especialmente, em relação ao período de 2006 a 2016, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 11). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 02.** Prestar ao Colégio Notarial informações para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (item 14). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 03.** Regularizar as pendências existentes na Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC (itens 17 e 18). **PRAZO: 90 DIAS.**

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Certidão Negativa de Débitos Municipais

Anexo II – Certidão Negativa de Débitos Estaduais

Anexo III – Contribuições Previdenciárias.

Anexo IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Anexo V – FGTS.

Anexo VI – DOIs – Notas e Registro de Imóveis.

Anexo VII – Comprovante de Pagamento da Cota FIC/SREI

Anexo VIII – Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176
Dados: 2023.10.11 10:24:06
-03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Corregedor da CGJ

MONICA CRISTINA DE AZEVEDO
HONDA:57778698234

Assinado de forma digital por MONICA CRISTINA
DE AZEVEDO HONDA:57778698234
Dados: 2023.10.11 12:36:11 -03'00'

MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA

Assessora Jurídica da CGJ